



COMITÊ INTERFEDERATIVO

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO – CIF

Em dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte minutos, por meio de vídeo conferência e pela plataforma do YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=OVoruAATMGU>, teve início a 9ª Reunião Extraordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

PAUTA DA PRESIDÊNCIA	
2. Proposta sobre relatório consolidado do desastre	
Discussão	<p>Thiago Carrion iniciou apresentação explicando sobre as cláusulas 144 e 184 do TTAC que prevêem programas de gerenciamento e que, por conta da divergência com a Fundação Renova, não tiveram seus escopos, metas e indicadores definidos. O Presidente pontuou que a definição desses programas contornaria problemas enfrentados pelo sistema, como a discussão exaustiva de algumas questões e a garantia de coerência. Discorreu sobre as diferenças entre termos como “degradação ambiental”, “contaminação” e “área degradada” em diferentes instrumentos legais, como a Política Nacional do Meio Ambiente, a Resolução CONAMA nº 420 e a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Portanto, sugeriu a adoção do termo “poluição” no âmbito do sistema, por seu sentido amplo e menos passível de confusões conceituais. Estabeleceu diferenças entre os conceitos de impacto e dano à luz do TTAC e TAC-GOV, considerando que a reparação pressupõe existência de dano, e não mero impacto. Em relação aonexo causal, estabeleceu as diferenças entre estudos de prova judicial e estudos acadêmicos e, perante a teoria do direito da responsabilidade civil ambiental, a comprovação deveria se dar em face da impossibilidade de exclusão do nexocausal, sendo o ônus da contraprova cabível às empresas poluidoras, e não ao sistema de reparação do dano, por inversão da argumentação tradicional. Pelo princípio da precaução, diante da incerteza sobre o dano, é necessária a tomada de ação. afirmou que os estudos ambientais precisariam ser conduzidos por profissionais tecnicamente habilitados para tal, uma vez que configuravam prova pública e, portanto, sua alta responsabilidade lhe garantia boa fé. Relatou sobre a inadequação do termo “rejeito” por sua definição plástica na legislação a depender do instrumento legal e da situação. O material biodisponibilizado pelo evento não se trata tão somente de rejeito de mineração, mas de uma mistura provocada pelo processo mecânico da passagem da onda que removeu sedimentos da calha do rio. O desastre percorreu diferentes rotas, promovendo diferentes vetores de dano – físico, químico, ambiental, social, etc. Relatou sobre reparação do <i>status quo</i> ante abordada pelo TTAC, no qual não deveria ser absorvido o argumento de dano anterior como justificativa para não reparação; degradação anterior não exclui o nexocausal do evento nem condiciona a sua não reparação. Registrou que a quitação do desastre não se dá por atos administrativos, mas sim pelo CIF, uma vez que o desastre tem dimensões sem precedentes e que demandam ajustes ou criação de ritos para sua reparação. Por fim, finalizou explicando sobre objetivação da matriz decisória da reparação, identificando os vetores de dano, seus desdobramentos e caminhos a serem seguidos para reparação e envolvimento da participação dos atingidos. Ao final da apresentação, Thiago Carrion sugeriu considerar algumas premissas enquanto parte do programa de gerenciamento, encaminhar a proposta apresentada para as Câmaras Técnicas para avaliação, identificação de vetores, justificativa de e estudos monitoramentos e apresentação do modelo do desastre do ponto de vista técnico com informações completas, a fim de gerar deliberação que possa ser fonte de modelo consolidado do desastre. Membros registraram congratulações ao Presidente pela manifestação elaborada. Ludmilla Oliveira ressaltou a importância da consolidação do entendimento das Câmaras Técnicas de cada uma das áreas técnicas para assegurar ainda mais coerência ao sistema. Também reforçou que os estudos não deveriam ser definidos pelas empresas ou pela reparadora, tão somente pelos órgãos públicos de asseguaração da quitação da reparação. Eliane Gregório registrou solicitação de participação dos atingidos no processo de repactuação. Mariangela de Lorenzo fez relato sobre a situação dos camaroeiros de Vitória/ES e afirmou a perda de documentação relevante pela falta de participação de órgãos públicos relacionados à pesca no processo. Após manifestação da Fundação Renova, Thiago Carrion sugeriu que a manifestação fosse utilizada como escopo parcial inicial do programa de gerenciamento e fosse encaminhado a juízo para rito com a Fundação Renova. Consolidada minuta de deliberação com base na manifestação apresentada pela Presidência.</p>
Manifestação	<p>Maria Leticia Mata informou terem tido acesso apenas a um despacho inicial e requisitou ter acesso ao documento completo apresentado para conhecimento e aprofundamento.</p>
Deliberação nº 647	Aprovada.

PAUTA DA PRESIDÊNCIA	
3. Apreciação do Projeto para a Constituição da Rede de Pesquisas em Saúde do Vale do Rio Doce	
Discussão	<p>Thais Cavendish iniciou apresentação relatando sobre tentativas de atendimento às cláusulas 111 e 112 do TTAC, que diziam sobre os estudos em saúde. Fez apresentação do histórico de tratativas sobre o tema, afirmando que o CIF havia concluído a impossibilidade da realização dos estudos em saúde pelo convênio FAPES/FAPEMIG em face do desenho proposto pela Fundação Renova. Após a Deliberação CIF nº 548, entendeu-se que a instituição mais adequada para realização dos estudos seria a Fiocruz, uma vez que a natureza dos estudos não seria meramente acadêmica, e sim finalística para orientação de ações em saúde, cabendo à Fundação Renova tão somente o custeio/financiamento dos estudos. As premissas consideradas para o trabalho foram diálogo permanente com a população, tratando de criar mecanismos de governança sensíveis ao diálogo; mecanismos construídos conjuntamente entre os órgãos do sistema de saúde e representação da população sobre disponibilização de resultados e, por fim, indicações de ações em saúde. O Ministério da Saúde coordenou trabalho de Oficina de Prioridades em Pesquisa, realizada pelo Grupo de Trabalho, com representações da CT-Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, atingidos e instituições de justiça para dedicação no levantamento minucioso dos problemas de saúde em decorrência do desastre. Foram identificados 11 problemas em saúde, divididos em 4 eixos e que geraram 12 linhas de pesquisa. Por fim, Guilherme Franco Netto, representante da Fiocruz, fez breve apresentação sobre a perspectiva de operação da Fiocruz, considerando o direito à saúde estabelecido na Constituição Federal, e afirmou a qualidade técnica do Brasil no tema da saúde. afirmou que o desenho proposto possibilitaria a reunião de competências tanto no âmbito acadêmico quanto na gestão do SUS, assegurando participação de todos os atores na governança do processo. Fez relato sobre o surgimento do conceito de nexocausal na saúde, sendo atrelado a trabalhadores expostos a químicos em ambientes fechados, e explicou sobre limitações do nexocausal em diversas situações, o que o tornaria praticamente inaplicável a presente situação, diante da complexidade do desastre de Mariana e suas consequências. Em seguida, relatou sobre impactos indiretos, porém relevantes, na saúde da população atingida, com foco na saúde mental; finalizou sua apresentação com breve exposição da previsão orçamentária. Por fim, Thais Cavendish informou sobre a proposta de apresentação do detalhamento orçamentário em até 30 dias. Luiz Fernando Prado, coordenador da CT-Saúde, afirmou que a proposta era consensuada no âmbito da Câmara Técnica, chamou atenção para a correção no número de municípios atingidos na proposta e questionou sobre orçamento para ações em saúde. Thais Cavendish respondeu que o orçamento não se destinava a ações, uma vez que não haveria previsão de quais ações seriam necessárias sem que houvesse o resultado dos estudos; a última categoria de estudos estaria voltada para a elaboração dos direcionamentos para que os resultados dos estudos fossem formulados em ações. O Prefeito José Roberto Gariff pediu vistas ao ponto de pauta com o objetivo de aprofundar a proposta junto ao Fórum de Prefeitos. Thais Vilas Boas manifestou falta de concretude para entendimento da proposta. Severino Alves ponderou a solicitação do Prefeito José Roberto Gariff como razoável, uma vez que muitos municípios teriam a chance de avaliar a proposta de maneira profunda no âmbito do Fórum de Prefeitos. Duarte Júnior sugeriu prazo de 30 dias para o pedido de vista. Por fim, Guilherme Franco Netto se colocou à disposição para explicações mais aprofundadas</p>

	sobre a proposta. Ao final das discussões, o Presidente Thiago Carrion, Thais Cavendish - representante do Ministério da Saúde - e Jadilson Gomes-Representante dos atingidos do Espírito Santo, registraram voto favorável à aprovação da proposta
Encaminhamento E9 - 3	Pedido de vista do membro José Roberto Gariff deferido; retomada do ponto de pauta em Reunião de Eixos Prioritários em 17 de janeiro de 2023 com posicionamento por parte do Fórum dos Prefeitos.

Por fim, às treze horas e dez minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, o Presidente Suplente do Comitê Interfederativo, Thiago Carrion, deu por encerrada a 9ª Reunião Extraordinária do Comitê Interfederativo.



Documento assinado eletronicamente por **MOARA MENTA GIASSON, Secretária-Executiva do Comitê Interfederativo**, em 06/02/2023, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **14689823** e o código CRC **2A92204F**.